

INSTRUÇÃO: Responder às questões de 01 a 05 com base no texto 1.

TEXTO 1

É possível falar em direitos dos animais?

Atalá Correia

01 [...] A Constituição Federal de 1988 não deixou o tema passar despercebido, pois, em seu artigo 225,
02 prescreveu que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo
03 e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e
04 preservá-lo para as presentes e futuras gerações”, incumbindo ao Poder Público “proteger a fauna e a flora,
05 vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de
06 espécies ou submetam os animais à crueldade” (parágrafo 1º, VII).

07 A parte final desse dispositivo, que veda as práticas que submetam os animais à crueldade, foi interpretada
08 pelo Supremo Tribunal Federal em duas ocasiões emblemáticas e, com base nela, foram proibidas a “farra do
09 boi” e a “rinha de galos”, eventos que tinham importância cultural local, mas que expunham animais domésticos
10 à crueldade.

11 Essa norma constitucional tem, essencialmente, dois núcleos significativos correlacionados entre si, sendo
12 eles as expressões “animais” e “crueldade”. Na investigação sobre quais animais estão protegidos, destacamos
13 a doutrina da senciência, que postula proteção a animais capazes de sentimento e, mais especificamente, de
14 sofrimento.

15 [...]

16 Do ponto de vista lógico, a ciência poderia indicar que a capacidade de sentimento é consubstancial ____
17 todos os animais ou, de modo diverso, que apenas parte deles detém essa característica.

18 Tanto em uma hipótese como em outra, haveríamos de nos deparar com situações inusitadas. Não se pode,
19 por exemplo, excluir de antemão a hipótese de que tenham essa capacidade de sentir ratos, lagartos, cobras,
20 baratas e aranhas, espécies costumeira e preventivamente eliminadas por motivos diversos, estéticos e de saúde
21 pública. Se essas espécies estiverem albergadas pela ideia de “animais sensíveis”, extraída da norma constituio-
22 nal, práticas comuns de prevenção de cunho sanitário ou não haveriam de ser revistas. Seria o fim das ratoeiras!

23 Contra essa proteção talvez extremada, dois caminhos poderiam ser seguidos. O primeiro estaria ____ in-
24 dicar que não basta a capacidade de sentimento, pois seria necessária, ainda, a capacidade de expressar esse
25 sentimento. O segundo caminho voltaria a destacar um componente cultural a restringir o escopo da vedação de
26 maus-tratos a animais. Se for esse o caso, os precedentes mencionados deveriam ser lidos restritivamente. Isto
27 é, o aspecto cultural não foi relevante para sustentar ____ prática da “farra do boi” e do “galismo”, mas talvez
28 possa ser invocado para justificar a permanência de ratoeiras nas prateleiras.

29 Dito isso, podemos passar ____ análise do segundo núcleo de significado da regra constitucional sob dis-
30 cussão (artigo 225, parágrafo 1º, VII, da CF), qual seja a “crueldade”.

31 Ao vedar tratamento cruel não se está, no que nos parece evidente, proibindo o sacrifício de animais para
32 servir a finalidades humanas, sendo a principal delas a alimentação. O que se veda é a crueldade como meio de
33 impor dor ou como forma de sacrifício. Nesse sentido, diversas unidades da federação adotaram leis para regular
34 o abate de animais destinados ao consumo. No estado de São Paulo, a Lei 7.705/92 impõe o “emprego de mé-
35 todos científicos e modernos de insensibilização” antes do abate, bem como regras de higiene e cuidados com o
36 animal. No Distrito Federal, com redação semelhante, vige a Lei 1.567/97. A Lei Federal 11.794, de 8 de setembro
37 de 2008, passou a regulamentar os procedimentos para o uso científico de animais, adotando critérios de controle
38 e de fiscalização. Curiosamente, o artigo 14, parágrafo 9º, da referida lei destaca a presença de consciência nos
39 animais, determinando que, “em programa de ensino, sempre que forem empregados procedimentos traumáticos,
40 vários procedimentos poderão ser realizados num mesmo animal, desde que todos sejam executados durante a
41 vigência de um único anestésico e que o animal seja sacrificado antes de recobrar a consciência”.

42 [...]

43 Vistos os significados relevantes para a exegese da regra constitucional, cumpre destacar que o sistema
44 jurídico não excluiu os animais do elenco de bens passíveis de apropriação por particulares. Não se impõe o
45 vegetarianismo ou se proíbe o funcionamento de churrascarias. Por outro lado, é forçoso convir que todo esse
46 aparato normativo tampouco equiparou animais a pedras. A verdade é que ao menos grande parte dos animais
47 distingue-se dos demais bens por terem capacidade de sentimento e, por isso, destaca-se como uma categoria
48 juridicamente relevante. A doutrina civil, talvez intuitivamente, já distinguia os animais, chamados semoventes,
49 dos demais bens passíveis de apropriação (artigo 82, CC).

50 [...]

51 A única conclusão possível, portanto, é que há animais aos quais se defere uma espécie de valia intrínseca
52 ou dignidade. A proteção desses animais existe como um fim em si mesmo, e não como um postulado de interesse
53 geral abstrato. Essa dignidade é, evidentemente, diversa daquela reconhecida aos seres humanos, já que estes
54 não são passíveis de apropriação por outrem no estágio atual do Direito.

Questão 1

Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto 1.

- A) à – a – à – a
- B) a – a – a – à**
- C) a – a – a – a
- D) à – à – à – à
- E) à – à – a – a

1. “a ciência poderia indicar que a capacidade de sentimento é consubstancial a todos os animais ou, de modo diverso, que apenas parte deles detém essa característica.”
Embora o adjetivo “consubstancial” exija a preposição, não há condições para a crase porque “todos” é um pronome, além de ser masculino e de estar no plural, não havendo, portanto, a presença do artigo “a”.
2. “O primeiro estaria a indicar que não basta a capacidade de sentimento”
Neste caso, a expressão “a indicar” é uma forma verbal que equivale ao gerúndio “indicando”, sendo o “a” apenas uma preposição, não se configurando, portanto, as condições para a crase.
3. “Isto é, o aspecto cultural não foi relevante para sustentar a prática da ‘farra do boi’ e do ‘galismo”
O verbo “sustentar” não rege preposição “a”, sendo, portanto, o “a” antes de “prática” apenas um artigo.
4. “podemos passar à análise do segundo núcleo de significado da regra constitucional sob discussão”
O verbo “passar”, neste contexto, rege preposição, e “análise” é substantivo feminino, admitindo a presença do artigo “a”. Assim, configuram-se as condições para crase: “a” preposição + “a” artigo = à.

Questão 2

Analise os seguintes argumentos do autor sobre os direitos dos animais.

- I. Não se pode, por exemplo, excluir de antemão a hipótese de que tenham essa capacidade de sentir ratos, lagartos, cobras, baratas e aranhas, espécies costumeira e preventivamente eliminadas por motivos diversos, estéticos e de saúde pública. (linhas 18 a 21)
- II. Ao vedar tratamento cruel não se está, no que nos parece evidente, proibindo o sacrifício de animais para servir a finalidades humanas, sendo a principal delas a alimentação. (linhas 31 e 32)
- III. Vistos os significados relevantes para a exegese da regra constitucional, cumpre destacar que o sistema jurídico não excluiu os animais do elenco de bens passíveis de apropriação por particulares. (linhas 43 e 44)
- IV. A única conclusão possível, portanto, é que há animais aos quais se defere uma espécie de valia intrínseca ou dignidade. (linhas 51 e 52)

Quais dos trechos permitem chegar à ideia do autor de que, apesar de existirem leis que incluam a defesa dos animais, não há uma que defina o conjunto de animais abrangidos?

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) III e IV.
- D) I, II e III.
- E) I, II e IV.**

Os argumentos que se referem ao fato de que não há uma lei “que defina o conjunto de animais abrangidos” são, apenas, I, II e IV, o que pode ser confirmado pelas passagens destacadas.

- I. Não se pode, por exemplo, excluir de antemão a hipótese de que tenham essa capacidade de sentir ratos, lagartos, cobras, baratas e aranhas, espécies costumeira e preventivamente eliminadas por motivos diversos, estéticos e de saúde pública. (linhas 18 a 21)
- II. Ao vedar tratamento cruel não se está, no que nos parece evidente, proibindo o sacrifício de animais para servir a finalidades humanas, sendo a principal delas a alimentação. (linhas 31 e 32)
- IV. A única conclusão possível, portanto, é que há animais aos quais se defere uma espécie de valia intrínseca ou dignidade. (linhas 51 e 52)

Na afirmação III, o autor indica que, na ordenação jurídica, os animais (em geral) são incluídos no elenco de bens passíveis de apropriação por particulares.

Questão 3

Assinale a alternativa em que esteja correta a relação entre o verbo e o elemento com que ele concorda na frase.

- A) Prescreveu (linha 02) – seu artigo 225 (linha 01)
- B) É (linha 16) – a ciência (linha 16)
- C) Detém (linha 17) – parte deles (linha 17)**
- D) Impõe (linha 34) – o emprego de métodos científicos e modernos de insensibilização (linhas 34 e 35)
- E) Destaca-se (linha 47) – uma categoria juridicamente relevante (linhas 47 e 48)

- A)** “A Constituição Federal de 1988 não deixou o tema passar despercebido, pois, em seu artigo 225, prescreveu [...]” – **O sujeito da forma verbal “prescreveu” é “A Constituição Federal de 1988”.**
- B)** “[...] a ciência poderia indicar que a capacidade de sentimento é consubstancial a todos os animais” - **O sujeito da forma verbal “é” é “a capacidade de sentimento”.**
- C)** “[...] que apenas parte deles detém essa característica” - **O sujeito da forma verbal “detém” é “parte deles”, sendo esta, portanto, a alternativa correta.**
- D)** “[...] a Lei 7.705/92 impõe o ‘emprego de métodos científicos e modernos de insensibilização’ antes do abate” - **O sujeito da forma verbal “impõe” é “a Lei 7.705/92”.**
- E)** “[...] grande parte dos animais distingue-se dos demais bens por terem capacidade de sentimento e, por isso, destaca-se como uma categoria juridicamente relevante” - **O sujeito da forma verbal “destaca-se” é “grande parte dos animais”.**

Questão 4

Qual(is) dos pares a seguir representa(m) palavras da mesma família etimológica?

- I. Possível (título) – passíveis (linha 44)
- II. Hipótese (linha 18) – exegese (linha 43)
- III. Vige (linha 36) – vigência (linha 41)

- A) I, apenas.
- B) III, apenas.**
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

Para que as palavras pertençam à mesma família, devem ter o mesmo radical.

- ⇒ **As palavras de I e de II têm radicais diferentes, respectivamente, *poss-*, *pass-*, *hipot-* e *exeg-* apresentando, portanto, significados diferentes.**
- ⇒ **As palavras de III apresentam o mesmo radical, qual seja, *vig-*, constituindo-se, portanto, em palavras cognatas, ou seja, da mesma família.**

Questão 5

Em qual das alternativas o “que” **NÃO** tem o mesmo valor do destacado em “as práticas que colocam em risco sua função ecológica” (linha 05)?

- A) que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado” (linha 02)**
- B) que veda as práticas (linha 07)
- C) que postula proteção a animais capazes de sentimento (linha 13)
- D) que nos parece evidente (linha 31)
- E) que se veda é a crueldade (linha 32)

O “que” destacado no trecho da linha 05 é um pronome relativo, já o destacado na letra A é uma conjunção integrante, pois introduz a oração que completa a forma verbal “prescreveu”.

Nos demais casos, o “que” é um pronome relativo, retomando, respectivamente, os seguintes termos:

- B) “A parte final desse dispositivo”.**
- C) “a doutrina da senciência”.**
- D) o - “no que nos parece evidente”, em que “o” é pronome demonstrativo, podendo ser substituído por “aquilo” = naquilo que nos parece evidente. A preposição “em” (em + o = no) é pedida pelo adjetivo “evidente” (evidente em quê?).**
- E) O - “O que se veda”: É outro caso de pronome demonstrativo, podendo ser substituído por “aquilo” = Aquilo que se veda.**

INSTRUÇÃO: Responder às questões de 06 a 09 com base no texto 2.

TEXTO 2

Senado aprova projeto de lei que classifica animal como sujeito de direito, e não como coisa

01 O plenário do Senado aprovou nesta quarta-feira (7) projeto de lei que classifica os animais como sujeitos
02 de direitos, e não mais como coisas. O texto cria o regime jurídico especial para os animais de estimação e altera
03 a forma como são vistos perante a lei.

04 Com isso, os bichos deixam de ser vistos como “coisas” e passam a ser admitidos como “sujeitos com di-
05 reitos e proteção legal em casos de violação”. Conforme a proposta do deputado Ricardo Izar (PP-SP), animais
06 passam a ser reconhecidos como seres sencientes, ou seja, capazes de sentir emoções e passíveis de sofrimento.

07 Como o texto sofreu alterações, retornará à Câmara para avaliação. O avanço, porém, foi comemorado
08 por ativistas da causa animal, celebridades e tutores de *pets*, que compartilham a hashtag #animalnãocécoisa.

09 O texto também acrescenta dispositivo à Lei dos Crimes Ambientais para determinar que os bichos não
10 sejam mais considerados bens móveis para fins do Código Civil. Com as mudanças, os animais ganham mais
11 uma defesa jurídica em caso de maus-tratos.

12 – É um avanço civilizacional. A legislação só estará reconhecendo o que todos já sabem: que os animais
13 que temos em casa sentem dor e emoções. Um animal deixa de ser tratado como uma caneta ou um copo e
14 passa a ser tratado como ser senciente – disse o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), relator do projeto na
15 Comissão de Meio Ambiente.

16 A advogada Claudia Barbedo, especialista em direito de família, explica que a nova lei garantirá que em
17 um divórcio, por exemplo, os animais, antes partilhados como bens móveis (exatamente como um sofá ou uma
18 geladeira), agora integrem as discussões nas varas de família.

19 – Admite-se que eles possuem natureza biológica e emocional, que são seres sencientes, passíveis de
20 sofrimento e, portanto, ligados às relações de afeto, carinho, cuidado – comenta.

Adaptado de: <https://bit.ly/2yK2IkX>. Publicado em: 7 ago. 2019. Acessado em: 7 ago. 2019.

Questão 6

O objetivo do texto 2 é

- A) defender o projeto de lei aprovado no Senado em 07/7/2019.
- B) noticiar a aprovação do projeto de lei que classifica animal como sujeito de direito.**
- C) discutir o direito dos animais de estimação em casos de divórcio.
- D) apresentar opiniões favoráveis ao projeto de lei aprovado no Senado.
- E) definir a caracterização dos animais como passíveis de sofrimento.

O texto pertence ao gênero notícia, respondendo às seis perguntas fundamentais para que assim se constitua:

O quê? Aprovação do projeto de lei que classifica animal como sujeito de direito, e não como coisa

Quem? O Senado

Como? Por meio de votação a partir de proposta do deputado Ricardo Izar (PP-SP)

Quando? “nesta quarta-feira (7)”

Onde? No plenário do Senado, em Brasília - DF

Por quê? “Com as mudanças, os animais ganham mais uma defesa jurídica em caso de maus-tratos.”

Questão 07

Assinale a alternativa que propõe uma substituição correta de recurso linguístico empregado no texto, sem que seja necessária qualquer outra alteração no período em que está inserido.

- A) E não (título e linha 02) – mas
- B) Como (linhas 01 e 03) – tais quais
- C) Com isso (linha 04) – por isso
- D) Conforme (linha 05) – consoante**
- E) Para (linha 09) – para que

Apenas na letra D a substituição não implicaria mudanças na frase, a saber:

D) Conforme a proposta do deputado Ricardo Izar (PP-SP)/ Consoante a proposta do deputado Ricardo Izar (PP-SP).

Mudanças necessárias nas demais opções:

A) Tanto no título quanto na linha 02, apenas o “e” pode ser trocado por “mas”; o “não” deve

permanecer para manter o sentido pretendido pela oração.

- B) Apenas na linha 01 o “como” pode ser substituído por “tais quais”; na linha 03, a substituição adequada seria por “com a qual”.
- C) Neste caso, a substituição mudaria a relação da oração com as informações do parágrafo anterior, já que “com isso” significa “com essa aprovação/com essa lei”.
- D) CORRETA
- E) A substituição de “para” por “para que” exigiria a flexão do verbo, que passaria de “determinar” para “determine”.

INSTRUÇÃO: Para resolver a questão 8, analise com atenção as propostas de transformação do discurso direto em indireto do segmento de texto a seguir e selecione a mais adequada em termos de coesão, coerência e correção gramatical.

“ — Admite-se que eles possuem natureza biológica e emocional, que são seres sencientes, passíveis de sofrimento e, portanto, ligados às relações de afeto, carinho, cuidado — comenta.” (linhas 19 e 20)

Questão 8

- A) A advogada Cláudia Barbedo comenta que admite que eles possuem natureza biológica e emocional, que são seres sencientes, passíveis de sofrimento e, portanto, ligados às relações de afeto, carinho, cuidado.
- B) Comenta a advogada Cláudia Barbedo que admite-se que eles possuem natureza biológica e emocional, que são seres sencientes, passíveis de sofrimento e, portanto, ligados às relações de afeto, carinho, cuidado.
- C) Comentou a advogada Cláudia Barbedo que admitia que eles possuem natureza biológica e emocional, que são seres sencientes, passíveis de sofrimento e, portanto, ligados às relações de afeto, carinho, cuidado.
- D) A advogada Cláudia Barbedo comentou que se admite que eles possuem natureza biológica e emocional, que são seres sencientes, passíveis de sofrimento e, portanto, ligados às relações de afeto, carinho, cuidado.**
- E) A advogada Cláudia Barbedo comentou que se admitia que eles possuíam natureza biológica e emocional, que são seres sencientes, passíveis de sofrimento e, portanto, ligados às relações de afeto, carinho, cuidado.

Problemas observados nas transposições das alternativas que não estão corretas:

- A) Como o discurso é reportado, “comenta” deveria passar a “comentou”. Além disso, o verbo “admitir” passou da forma passiva para a ativa, atribuindo a admissão da descoberta divulgada apenas à advogada.
- B) Como o discurso é reportado, “comenta” deveria passar a “comentou”. Além disso, a colocação pronominal está incorreta, uma vez que a conjunção integrante “que” atrai o pronome oblíquo para antes do verbo.
- C) Há problema na correlação dos tempos verbais - “admitia que eles possuem – e, novamente, o verbo “admitir” passou da forma passiva para a ativa, atribuindo a admissão da descoberta divulgada apenas à advogada.
- D) CORRETA. Neste caso, porque a situação é atual, apenas o verbo *dicendi* (“comenta”) vai para o pretérito. Segundo Othon M. Garcia, em *Comunicação e Prosa Moderna* (1986, p. 135), “mantém-se o presente do indicativo no discurso indireto se a ação declarada perdura ainda no momento em que se fala”.
- E) Como a afirmação indica uma situação permanente, os tempos verbais do discurso indireto não podem ir para o pretérito. Além disso, há inadequação na correlação entre eles: “que eles possuíam natureza biológica e emocional, que são seres sencientes”.

Questão 9

Analise as propostas de acréscimo ou supressão de vírgulas no texto 2.

1. Acréscimo – depois de “lei” (linha 01).
2. Supressão – depois de “pets” (linha 08).
3. Supressão – depois de “animais” e antes de “agora” (linhas 17 e 18).
4. Supressão – depois de “sencientes” (linha 19).

Quais propostas provocariam mudança de significado no período, prejudicando a coesão, a coerência e/ou a correção gramatical do texto?

- A) 1 e 2, apenas.
- B) 1 e 3, apenas.

- C) 3 e 4, apenas.
D) 1, 2 e 4, apenas.
E) 1, 2, 3 e 4.

Todas provocariam mudanças porque

1. o acréscimo de vírgula, na linha 01, transformaria a oração adjetiva restritiva em explicativa, o que mudaria o sentido do período;
2. a supressão da vírgula, na linha 08, transformaria a oração adjetiva explicativa em restritiva, o que mudaria o sentido do período;
3. a supressão das vírgulas, nas linhas 17 e 18, transformaria o aposto explicativo em restritivo, o que mudaria o sentido do período;
4. a supressão das vírgulas, na linha 19, transformaria o aposto explicativo em restritivo, o que mudaria o sentido do período.

INSTRUÇÃO: Para resolver a questão 10, considere as afirmativas sobre os textos 1 e 2 preenchendo os parênteses com V (verdadeiro) e F (falso).

- () Pela leitura do texto 2, percebe-se que agora já existe uma lei que responda às questões propostas pelo autor do texto 1.
- () Tanto o texto 1 quanto o texto 2 são argumentativos.
- () “Semoventes” (linha 48, texto 1) e “sencientes” (linha 06, texto 2) são palavras sinônimas.
- () Ambos os textos apresentam dados reais sobre o direito dos animais.

Questão 10

O correto preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- A) F – F – F – V
B) F – V – V – F
C) F – V – F – V
D) V – V – F – F
E) V – F – F – V

A primeira alternativa é falsa porque a nova lei se refere apenas aos animais de estimação.

A segunda alternativa é falsa porque apenas o texto 1 é argumentativo; o 2 é narrativo, já que é uma notícia.

A terceira alternativa é falsa porque as palavras não são sinônimas, uma vez que “semoventes” refere-se àqueles que se movem e “sencientes”, àqueles que sentem.

A quarta alternativa é verdadeira porque ambos os textos apresentam leis que envolvem de alguma forma o direito dos animais.

REDAÇÃO

Justiça suspende remoção de casinhas de cães após polêmica em Porto Alegre

Três casinhas para cães instaladas em frente a um condomínio em Porto Alegre (RS) são alvo de polêmica envolvendo prefeitura, moradores e defensoras da causa animal. Agora, o caso será resolvido na Justiça.

A prefeitura argumentou que manter animais nas ruas estimula o abandono. Disse ainda que, soltos, os cães podem causar acidentes e citou riscos de doenças. Sugeriu que os animais fossem adotados pelos moradores do prédio, anunciou ação para buscar adotantes e afirmou que, em último caso, eles seriam levados ao canil municipal.

A prefeitura informou que a Procuradoria-Geral do Município foi intimada e comparecerá na data estabelecida, mas defende que os cachorros abrigados nas casinhas sejam adotados. “Esta é a melhor alternativa para o bem-estar dos animais e das pessoas.”

Adaptado de: <https://bit.ly/2MJ9yZq>. Acesso em 04 ago. 2019.

A partir da leitura dos textos 1 e 2 desta prova e da notícia acima, escreva um texto dissertativo-argumentativo **concordando, ou não, com a decisão da justiça de suspender a remoção de casinhas de cachorro instaladas em frente a um condomínio de Porto Alegre.**

O título não é obrigatório, mas constitui importante indicador do ponto de vista apresentado.

Lembre-se também de que seu texto deverá

- ter uma extensão entre 25 e 30 linhas;
- estar fundamentado em argumentos que sustentem seu ponto de vista; e
- utilizar a variante padrão da língua portuguesa.

Ao redigir

- planeje cuidadosamente seu texto, levando em conta o tempo de que dispõe;
- utilize lápis apenas no rascunho; na folha definitiva, escreva seu texto à tinta;
- não utilize corretor líquido; se errar, apenas anule a parte a ser desconsiderada e reescreva-a.

O aluno deve posicionar-se deixando bem claro o seu ponto de vista sobre a decisão da justiça de suspender a remoção de casinhas de cachorro instaladas em frente a um condomínio de Porto Alegre. Os argumentos para justificar o ponto de vista devem basear-se em fatos, dados da realidade pertinentes ao tema e raciocínio lógico.

Serão penalizados textos que se limitarem a emitir um parecer baseado apenas em impressões pessoais sem relação com dados objetivos. Da mesma forma, serão penalizados textos que se restringirem a tratar dos direitos dos animais sem apresentar um ponto de vista claro e coerente sobre a situação específica apresentada no tema.